

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Prefácio à 1. ^a edição – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e LUIZ RODRIGUES WAMBIER	9
Apresentação à 2. ^a edição	11
Apresentação à 1. ^a edição	13
Introdução	19
1. Neoconstitucionalismo.....	23
1.1 Conceito moderno de Constituição	23
1.2 Função da Constituição: caráter transformador.....	24
1.3 Constituição e contrato social.....	29
1.4 Aspectos históricos e dimensões, horizontal e vertical, dos direitos fundamentais	31
1.5 Afirmção histórica dos direitos humanos fundamentais	38
1.6 Direitos fundamentais e patrimoniais	50
2. Direito e Constituição	57
2.1 Constitucionalização dos direitos infraconstitucionais.....	57
2.2 Globalização e Constituição	62
2.3 Constitucionalismo mundial e multiculturalismo emancipatório ..	67
3. Neopositivismo	79
3.1 Introdução.....	79
3.2 Características do positivismo jurídico	80
3.2.1 Identificação plena do direito com a lei	80
3.2.2 A completude do ordenamento jurídico (<i>não admissão de lacunas</i>).....	81
3.2.3 Não reconhecimento dos princípios como normas.....	82
3.2.4 Dificuldade para explicar os <i>conceitos indeterminados</i>	82
3.2.5 A identificação entre vigência e validade da lei.....	83
3.2.6 Formalismo jurídico.....	83

3.2.7	Identificação da legalidade com a legitimidade	83
3.3	Características do neopositivismo	84
3.3.1	Introdução	84
3.3.2	Superação do legalismo	84
3.3.3	Constituição, normatividade, valores e sistema jurídico ideal	88
3.3.4	Diferenças entre regras e princípios	91
3.3.5	Direitos fundamentais são sempre princípios?	98
3.3.6	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	103
3.3.7	Método concretista da norma jurídica	109
3.3.8	Superação do formalismo jurídico	114
3.3.9	Rejeição do império do silogismo judicial	119
3.3.10	Interpretação e argumentação: pretensão de verdade ou de correção	124
3.3.11	Normatividade e solução de casos concretos	131
3.3.12	Fim da rígida separação entre o direito e a moral	134
3.3.13	Conteúdo da norma e legitimidade do direito	143
3.3.14	O problema da racionalidade da jurisprudência	145
3.3.14.1	As reformas constitucionais e processuais	145
3.3.14.2	A uniformização jurisprudencial do direito ..	147
3.3.14.3	A vinculação do juiz aos precedentes	156
3.3.14.4	A importância dos precedentes jurisprudenciais como fonte do direito	161
4.	Expansão da jurisdição constitucional	172
4.1	Revisão do princípio da separação dos poderes no Estado Contemporâneo	172
4.1.1	O princípio da separação dos poderes no Estado Liberal...	172
4.1.2	O princípio da separação dos poderes a partir do Estado do Bem-Estar Social e de seus desdobramentos contemporâneos (Estado Pós-Social)	176
4.1.3	A crise da democracia representativa	183
4.1.4	Democracia e direitos fundamentais	187
4.1.5	Desneutralização política do Judiciário	194
4.1.6	Judiciário e democracia	200
4.2	Princípio da supremacia da Constituição e controle da constitucionalidade	204

4.3	Direito fundamental à tutela jurisdicional	211
4.3.1	Introdução	211
4.3.2	Judicialização da política	211
4.3.3	Efetivação judicial dos direitos fundamentais sociais	215
4.3.4	Direito fundamental à tutela jurisdicional célere, adequada e efetiva	218
4.3.5	Devido processo legal substancial e a cláusula de proibição de retrocesso social	225
4.3.6	Controle jurisdicional da discricionariedade administrativa	236
4.3.7	Protagonismo judiciário	243
4.3.8	Proteção jurisdicional das omissões inconstitucionais	249
5.	Críticas à expansão da jurisdição constitucional	264
5.1	Legitimidade democrática dos juízes	264
5.1.1	Introdução	264
5.1.2	Direito e política	265
5.1.3	Liberdade judicial e controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário	269
5.2	Procedimentalismo <i>versus</i> substancialismo	281
5.3	Judiciário como legislador positivo ou negativo	289
5.4	Decisões judiciais, baseadas em princípios, com conteúdos morais	301
5.5	Reserva da consistência	311
5.6	Dever de motivação das decisões judiciais e teoria da argumentação jurídica	319
5.6.1	Motivação judicial como exigência racional do Estado Democrático de Direito	319
5.6.2	Decisão correta ou suficientemente motivada	327
5.6.3	Racionalidade e correção das decisões judiciais	339
5.6.4	Direitos fundamentais e dever de motivação	345
5.6.5	Provas estatísticas	347
5.6.6	Teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	352
5.7	Reserva do possível e mínimo existencial	367
5.7.1	Cidadania e processo	367
5.7.2	Os custos da realização dos direitos	382
5.7.3	Aspectos orçamentários	384
5.7.4	Direito fundamental à liberdade e mínimo existencial	387

5.7.5	Conceito de mínimo existencial.....	392
5.7.6	Mínimo existencial <i>versus</i> reserva do possível	399
5.7.7	Vetores hermenêuticos para invalidar decisões políticas inconstitucionais	413
5.7.8	Políticas públicas minimamente eficientes: direito às informações adequadas e conhecimento multidisciplinar	423
5.7.9	Controle judicial do orçamento público	429
5.7.10	Universalização das políticas públicas, conteúdo dos direitos fundamentais sociais e argumentação jurídica..	433
5.7.11	Técnica da ponderação	452
5.7.12	Postulado da concordância prática.....	454
5.7.13	Proporcionalidade e razoabilidade	463
5.7.14	A fórmula do peso de Robert Alexy.....	477
5.7.15	Alcance da reserva do possível em países de modernidade tardia.....	487
5.7.16	Ministério Público Social e proteção dos direitos fundamentais sociais.....	489
5.7.17	Legitimação e criatividade judiciais	492
5.7.18	Consequências jurídicas do controle judicial das políticas públicas	494

6.	Generalização dos direitos fundamentais.....	499
----	--	-----

Bibliografia	503
--------------------	-----

Outras obras do Autor.....	527
----------------------------	-----